

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.000.399 - BA (2016/0272468-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**AGRAVANTE** : ANDRE LUIZ SAMPAIO BORGES  
**ADVOGADO** : PABLO DOMINGUES FERREIRA DE CASTRO - BA023985  
**AGRAVANTE** : EMANUEL RODRIGUES BORGES  
**AGRAVANTE** : TANIA DJENANE SAMPAIO BORGES  
**ADVOGADOS** : SÍLVIO AVELINO PIRES BRITTO JUNIOR E OUTRO(S) -  
BA008250  
MARCONÉ SODRÉ MACEDO - BA015060  
**AGRAVADO** : JOSE BRAULIO DE SANDES NETO  
**ADVOGADO** : EUGÊNIO ESTRELA CORDEIRO - BA016807

**DECISÃO**

Trata-se de agravo de decisão que inadmitiu recurso especial fundado no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, interposto por ANDRÉ LUIZ SAMPAIO BORGES, contra v. acórdão do eg. Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, assim ementado:

*AGRAVOS REGIMENTAIS SIMULTÂNEOS EM APELAÇÃO CÍVEL. INTERPOSIÇÃO DO RECURSO ANTERIORMENTE AO JULGAMENTO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. NECESSIDADE DE POSTERIOR RATIFICAÇÃO. NÃO ATRIBUIÇÃO DE EFEITOS MODIFICATIVOS AOS DECLARATÓRIOS. DESNECESSIDADE DE INTIMAÇÃO DA PARTE CONTRÁRIA PARA CONTRARRAZOAR O RECURSO. DECISÃO UNIPESSOAL PROFERIDA À LUZ DA JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DE TRIBUNAL SUPERIOR. DECISÃO MANTIDA. AGRADO REGIMENTAL NÃO PROVIDO. (e-STJ, fl. 523)*

Nas razões do recurso especial, o ora agravante alega violação aos artigos 236, § 1º, 508, 535 e 538 do Código de Processo Civil/73. Sustenta, em síntese, além de negativa de prestação jurisdicional, que na hipótese de rejeição dos embargos de declaração, não é necessária a ratificação do recurso de apelação.

Contrarrrazões apresentadas às fls. 630/638, e-STJ.

Sobreveio o juízo de admissibilidade do Tribunal de origem, que inadmitiu o recurso especial, o que ensejou a interposição do presente recurso.

É o relatório. Decido.

Inicialmente, no tocante ao artigo 535 do CPC/73, não se vislumbra a

ofensa invocada. A eg. Corte de origem manifestou-se expressamente acerca dos temas necessários à integral solução da lide, de sorte que inexiste qualquer omissão, contradição ou obscuridade no aresto recorrido.

Cumprе destacar que *"se os fundamentos do acórdão recorrido não se mostram suficientes ou corretos na opinião do recorrente, não quer dizer que eles não existam. Não se pode confundir ausência de motivação com fundamentação contrária aos interesses da parte"* (AgRg no Ag 56.745/SP, Relator o eminente Ministro **Cesar Asfor Rocha**, DJ de 12.12.1994). No mesmo sentido, mencionam-se os seguintes julgados: AgRg no REsp 1.170.313/RS, Relatora a eminente Ministra **LAURITA VAZ**, DJe 12.04.2010; REsp 494.372/MG, Relator o eminente Ministro **ALDIR PASSARINHO JUNIOR**, DJe 29.03.2010, AgRg nos EDcl no AgRg no REsp 996.222/RS, Relator o eminente Ministro **CELSO LIMONGI** (desembargador convocado do TJ/SP), DJe 03/11/2009.

O Tribunal de origem não conheceu do recurso de apelação interposto pela ora recorrente sob o fundamento de que não houve ratificação após o julgamento dos embargos de declaração previamente opostos, nos seguintes termos:

*"Por inoportuna, não se conhece da Apelação aviada antes do julgamento dos aclaratórios intentados contra a mesma sentença quando não há ulterior ratificação.*

*Precedentes do STJ.*

*A decisão unipessoal está fundamentada em jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, que é firme no sentido de que, uma vez apresentada a Apelação anteriormente ao julgamento dos Embargos Declaratório, a ratificação posterior do recurso intentado. (...)*

*Nesta senda, compulsando-se os fólios, constata-se que o recurso foi interposto em momento anterior à decisão dos embargos de declaração intentados pelas partes, cujo efeito, mesmo que não conhecidos os aclaratórios, opera-se quanto à substituição do provimento judicial anterior, ainda que fosse coincidente, art. 535 do Código de Processo Civil." (e-STJ, fls. 525/527)*

A Corte Especial do STJ, ao analisar a Questão de Ordem no REsp n. 1.129.215/DF, de relatoria do Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, firmou entendimento de que o enunciado da referida súmula deverá ser interpretado de forma que a necessidade de ratificação do recurso interposto na pendência de embargos declaratórios apenas seja exigida quando houver alteração na conclusão do julgamento anterior. A

propósito:

**"QUESTÃO DE ORDEM. RECURSO ESPECIAL. PROCESSO CIVIL. CORTE ESPECIAL. RECURSO INTERPOSTO ANTES DO JULGAMENTO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. NÃO ALTERAÇÃO DA DECISÃO EMBARGADA. DESNECESSIDADE DE RATIFICAÇÃO. INSTRUMENTALISMO PROCESSUAL. CONHECIMENTO DO RECURSO. INTERPRETAÇÃO DA SÚMULA 418 DO STJ QUE PRIVILEGIA O MÉRITO DO RECURSO E O AMPLO ACESSO À JUSTIÇA.**

1. Os embargos de declaração consistem em recurso de índole particular, cabível contra qualquer decisão judicial, cujo objetivo é a declaração do verdadeiro sentido de provimento eivado de obscuridade, contradição ou omissão (artigo 535 do CPC), não possuindo a finalidade de reforma ou anulação do julgado, sendo afeto à alteração consistente em seu esclarecimento, integralizando-o.

2. Os aclaratórios devolvem ao juízo prolator da decisão o conhecimento da impugnação que se pretende aclarar. Ademais, a sua oposição interrompe o prazo para interposição de outros recursos cabíveis em face da mesma decisão, nos termos do art. 538 do CPC.

3. Segundo dispõe a Súmula 418 do STJ "é inadmissível o recurso especial interposto antes da publicação do acórdão dos embargos de declaração, sem posterior ratificação".

4. Diante da divergência jurisprudencial na exegese do enunciado, considerando-se a interpretação teleológica e a hermenêutica processual, sempre em busca de conferir concretude aos princípios da justiça e do bem comum, é mais razoável e consentâneo com os ditames atuais o entendimento que busca privilegiar o mérito do recurso, o acesso à Justiça (CF, art. 5º, XXXV), dando prevalência à solução do direito material em litígio, atendendo a melhor dogmática na apreciação dos requisitos de admissibilidade recursais, afastando o formalismo interpretativo para conferir efetividade aos princípios constitucionais responsáveis pelos valores mais caros à sociedade.

5. De fato, não se pode conferir tratamento desigual a situações iguais, e o pior, utilizando-se como *discrímen* o formalismo processual desmesurado e incompatível com a garantia constitucional da jurisdição adequada. Na dúvida, deve-se dar prevalência à interpretação que visa à definição do *thema decidendum*, até porque o processo deve servir de meio para a realização da justiça.

6. Assim, a única interpretação cabível para o enunciado da Súmula 418 do STJ é aquela que prevê o ônus da ratificação do recurso interposto na pendência de embargos declaratórios apenas quando houver alteração na conclusão do julgamento anterior.

7. Questão de ordem aprovada para o fim de reconhecer a tempestividade do recurso de apelação interposto no processo de origem."

(Resp n. 1.129.215/DF, Relator **Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO**,

*CORTE ESPECIAL, julgado em 16/9/2015, DJe 3/11/2015, g.n.)*

No presente caso, houve desprovimento dos embargos opostos contra a sentença, de modo que não houve alteração de julgamento (e-STJ, fl. 439/440), de forma que a ausência de ratificação do recurso, não torna a apelação extemporânea.

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, c, do RISTJ, conheço do agravo para dar parcial provimento ao recurso especial e afastar a intempestividade da apelação e determinar o retorno dos autos ao Tribunal de origem, para julgar o recurso como entender de direito.

Publique-se.

Brasília (DF), 1º de fevereiro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO  
Relator